

SARNEY

## O coronel ataca outra vez

*Com sua base no Maranhão, o senador José Sarney ataca para todos os lados, influenciando tanto no Nordeste quanto na Amazônia. Talvez seja o mais bem-sucedido coronel das oligarquias brasileiras. Mais até do que ACM. Ele ataca novamente no Pará, influenciando em nomeações e fazendo valer sua influência na administração petista.*

**A** grande imprensa nacional costuma conceder ao senador Antônio Carlos Magalhães o título de “o maior coronel do Brasil”. É um título de inspiração e utilidade ambíguas. Ou, avaliando melhor: título sutilmente enaltecedor. ACM é o campeão do coronelismo porque manda e desmanda na Bahia como nenhum outro, antes ou depois dele na curul baiana, ou mesmo em qualquer satrapia brasileira.

O cabresto, porém, foi muito além: ACM manipulou ministros e até mesmo presidentes da república para que fizessem seu jogo, sagazmente jogado nos bastidores do poder nacional. Graças ao seu faro apurado para detectar as mudanças nos gabinetes mais poderosos do país, trocou de lugar e de camisa conforme suas conveniências, saltando da nau que



**ALUNORTE  
SUSPENDE  
EXPANSÃO**  
(Pág. 3)

afundava para embarcar na que passava ao largo. Em algumas das situações arriscou o pescoço, mas saiu-se invariavelmente bem na grande maioria das vezes. A luxúria e o excesso de autoconfiança o fizeram cometer um erro quase fatal, quando quis se antecipar e identificar os votos dos seus colegas de Senado. Foi dado como politicamente morto. Mas renasceu das cinzas.

Quando se trata de compor o perfil do coronel todo-poderoso, a grande imprensa prefere destacar o lado folclórico e cordial de ACM do que sua selvageria, só bem conhecida pelos mais íntimos. O objetivo, se não explícito, subentendido, é aproximá-lo da figura de um coronel boapraça e simpático, como o que Paulo Graçindo interpretou na famosa novela de Dias Gomes para a televisão, *O Bem-Amado*. Ou seja: transformá-lo em ídolo. Malvadeza, sim; mas, sobretudo, Toninho.

ACM fez e desfez como raros políticos em toda história brasileira. Foi um dos mais bem-sucedidos no desempenho do papel de eminência parda. Mas nunca conseguiu ser presidente da república – e nem fazer um todo seu. Mas isto foi alcançado por outro coronel, a meu ver, por isso mesmo, maior do que ACM: o maranhense José Sarney. Talvez, sem reivindicar o título, ele tenha sido até mais convincente no quesito no qual seu eventual concorrente mais se orgulhava de desempenhar: o das relações públicas, a arte de fazer amigos & influenciar pessoas cinzelada por Dale Carnegie.

A competência de ACM em atrair, agrupar e favorecer uma miríade de estrelas baianas e constelações aderentes levou à fundação (por existência real ou atribuída) da chamada máfia do dendê. Dessa Cosa Nostra são apontados como inquilinos de esquerdistas (mortos ou vivos), como Jorge Amado e João Ubaldo Ribeiro, a *pop-stars* do figurino de Caetano Veloso.

À ilharga de José Sarney (ademais de tudo, um codinome) nunca houve tantos artistas como os que gravitaram ou gravitavam em torno de ACM, mas ele sempre teve pessoas inteligentes e sagazes ao seu lado. É bom nunca esquecer que o nosso José de Ribamar de Araújo Costa (o nome de batismo) era da ala esquerda da UDN (a dita Bossa Nova) quando os militares depuseram o presidente João Goulart, em 1964.

Já deputado federal, relata a crônica que Sarney serviu de motorista para levar o perseguido deputado paraense (e igualmente udenista-bossanovista) Clóvis Ferro Costa à sede de uma embaixada, ainda no Rio de Janeiro, onde o parlamentar se exilou e escapou da prisão. *Mutatis mutandis* duas décadas depois, Sarney tornou presidente pelos caprichos dos deuses da Antiguidade (mais caprichosos na tessitura dos destinos humanos do que o monoteísmo vigente), o sempre correligionário Ferro Costa ganhou um dos melhores empregos da república: o de procurador da Itaipu Binacional.

A fidelidade canina sempre foi o passaporte exigido por Sarney dos que pretenderam ingressar no reduto do seu compadrio e fisiologismo. Retribuía aos iniciados com todos os favores dos esquemas de poder, independentemente de lu-

gar ou objeto. O versejador Bandeira Tribuzzi, por exemplo, apesar da iconoclastia, foi erigido à condição de maldito sancionado. Sua obra completa (e irregular) foi publicada pós-morte como uma prova do lado intelectual, altruísta e democrático do seu mecenas.

Uma no cravo, outra – mais forte ainda – na ferradura. Com a gazua do seu arquivo de ex-presidente, Sarney edificou um memorial, encontrou um lugar privilegiado para tomá-lo como sede, mandou a conta de investimento e custeio para a viúva e nomeou-se o administrador desse legado até a morte, sem deixar de beneficiar sua obra dos favores do incentivo à cultura. Equiparou-se aos marajás da Índia. Tanto que muitos prédios públicos foram construídos no Maranhão para homenagear a família Sarney.

O exemplo mais edificante (digamos assim) dessa construção oligárquica é a Unidade Integrada Fernanda Sarney, no município de Bom Jardim. Fernanda, bisneta do senador, é como se fosse a infanta de uma família real, aos 6 anos de idade. Antes de poder conceber qualquer idéia de glória, já a conquistou. Qual oligarca pode declarar que chegou a tanto?

Fiel ao velho lema udenista que consagrou a eterna vigilância, porém, José Sarney não dorme sobre os louros conquistados. Trata de ampliá-los cada vez mais. Depois de haver nomeado presidente e diretor da Eletronorte, a empresa pública mais importante da Amazônia, agora se lança sobre um outro cargo estratégico na região: a superintendência da Receita Federal. Disso, pelo menos, é o que nos dá conta o diretor da sucursal da *Folha de S. Paulo* em Brasília, Josias de Souza, em artigo publicado recentemente. O alvo do torpedo maranhense é o técnico José Tostes Neto, no cargo, em função de carreira, desde o começo do governo anterior. A razão da sua longevidade é o seu desempenho num cargo que tem jurisdição sobre favores e incentivos fiscais, tanto da extinta (e ressuscitada) Sudam quanto da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Na defesa dos interesses do erário, Tostes & equipe têm mantido uma atitude vigilante e incisiva. Foi ele o único dos conselheiros da Sudam, aliás, que se insurgiu, na reunião do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (já extinta, mas à espera da “Nova Sudam” petista, de parto difícil), realizada em São Luís do Maranhão, contra a aprovação do projeto da Usimar, apoiado pela então governadora Roseana Sarney e seu marido (vice-cônsul maranhense, ou vice-rei, conforme a circunstância), Jorge Murad. A aprovação do projeto da Usimar, como agora se sabe, foi o maior dos escândalos na história recente da Sudam, pondo-a a pique. Mas todos os convidados do transatlântico dos incentivos fiscais saíram a tempo, avisados por quem podia avisá-los. E ilesos. Com os bens salvados do naufrágio devidamente em caixa.

Em relação a esse assunto, parecem estar de acordo Sarney e o ainda morubixaba paraense, o deputado federal Jader Barbalho, apontado como o principal responsável pela onda final de irregularidades da Sudam, por abonar tanto o superintendente quanto alguns dos principais beneficiários das fraudes. Afastar Tostes da Receita Federal seria o ato II, a vingança. Afinal, Roseana casou com alguém com quem o pai também casaria, se tal fosse possível, conforme o ex-presidente já disse e repetiu, dando uma idéia da sua afeição por Jorge Murad, apontado como o articulador de bastidores da aprovação do projeto milionário da Usimar. A propósito: os 44 milhões de reais liberados efetivamente pela Sudam evaporaram mesmo? Bem que seria interessante a imprensa dar a esse enredo a atenção provocada pela descoberta dos milhares de notas de reais encontrados em um dos redutos dos Sarney, em São Luís, no quase-ex-escândalo da Lunus.

Já está na hora, de todo modo, de esquecer uma história menos cor-de-rosa dos coronéis brasileiros. Mesmo que ainda falte para tal, já seria algum avanço mantê-los em seus redutos. Ao invés de deixar que espraíem sua sanha de poder.

## Ping-pong

Quase simultaneamente, um ping e um pong para Luiz Rebelo, o principal executivo do grupo Reicon, com forte atuação na navegação, na construção naval e na distribuição de combustível. O ping: um troféu que a Congresso Internacional Israelita de Sociosfera na Amazônia (criação de Oro Serruya) lhe concedeu pela contribuição do seu projeto Protam (Adote Árvores e Tartarugas da Amazônia) para o meio ambiente. O pong: a ação de protesto judicial movida pelo Banco do Brasil, que cobra uma dívida de novembro de 1994, no valor de 5,5 milhões de reais da época (seriam uns R\$ 30 milhões atualmente), por financiamento contraído e não pago.

O que pesa mais: o ping ou o pong?

# CVRD suspende expansão da Alunorte

As obras de ampliação da Alunorte, no valor de 582 milhões de dólares (aproximadamente 1,7 bilhão de reais), estão temporariamente suspensas. A empresa, que pretendia elevar sua capacidade de produção – dos atuais 2,4 milhões de toneladas para 4,2 milhões de toneladas anuais – já avisou aos seus empreiteiros e fornecedores que o início das obras, previsto para este mês, foi sobrestado. A situação assim se manterá até que a Sec-tam (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado) decida sobre a liberação ou não do projeto de extração de bauxita de Paragominas.

Até agora a secretaria não se manifestou sobre o licenciamento ambiental requerido pela Mineração Vera Cruz, subsidiária integral da Companhia Vale do Rio Doce, que é também a principal acionista da Alunorte. A exploração dos grandes depósitos de bauxita de Paragominas, congelada durante vários anos, foi retomada exatamente para suprir a Alunorte de matéria prima para a produção de alumina, que, por sua vez, é insumo para a produção de alumínio metálico pela Albrás, a empresa-prima da Alunorte, também controlada pela CVRD, ambas instaladas no distrito industrial de Barcarena.

Como a produção de bauxita da Mineração Rio do Norte, tradicional su-

pidora da Alunorte, já está totalmente comprometida com os seus clientes, a duplicação da planta de alumina depende da ativação da mina de Paragominas, que se localiza a 230 quilômetros da fábrica de Barcarena. Sem essa nova oferta de minério, a Alunorte terá que permanecer na escala atual, que já a colocou entre as cinco maiores indústrias do mundo. Subindo para 4,2 milhões de toneladas, prevista inicialmente para 2006, se tornará a número um do mercado de alumina. A MRN também é a líder entre as mineradoras de bauxita.

As expansões produtivas do pólo de alumínio do Pará têm sido contínuas e de grande porte. No início do ano a Alunorte já havia pulado de 1,6 milhão para 2,4 milhões de toneladas, mais do que dobrando sua capacidade nominal de produção (que, no projeto, era de 1,1 milhão de toneladas). Já a MRN, embora dificilmente consiga chegar à meta estabelecida para este ano, de 16,3 milhões de toneladas, por problemas operacionais, deverá passar de 15 milhões de toneladas (um salto considerável em relação à escala de 2002, de 11,6 milhões de toneladas). A Alcoa, sócia da CVRD na Rio do Norte, que fica em Oriximiná, deverá chegar nos próximos dois anos a uma grande jazida de bauxita em

Juruti. Obviamente, vai colocar ainda mais minério no mercado internacional, além de tornar-se auto-suficiente em bauxita no Brasil.

Assim, ao contrário do que profetizavam os futurólogos do século passado, a “onda” dos velhos materiais não se exauriu. Muito pelo contrário. O que houve foi um deslocamento geográfico dos centros produtivos em função de cálculo econômico, refeito para atender aos custos da energia. Com uma evidente depressão forçada dos preços que o acompanhou, naturalmente.

Essa é uma questão relevante e que deve ser tratada quando do exame dos planos de expansão das indústrias de bauxita, alumina e alumínio. Tal reflexão deve servir de fundamento às decisões governamentais. Outra coisa, porém, é decidir sem decidir. Ou decidir através de silencioso embargo de gaveta, como instrumento de negociação, barganha ou chantagem. Como parecer o caso desse *affaire* combinado Mineração Vera Cruz-Alunorte.

Apesar dessas informações, ainda não confirmadas oficialmente, continuava previsto para o dia 18 o início da implantação da mina de bauxita em Paragominas, como se já houvesse a liberação ambiental, ou ela fosse apenas uma questão foirmal.

## Livro

Acaba de sair nos Estados Unidos o mais recente livro de ensaios de Kenneth Maxwell, *Naked Tropics (Essays on Empire and Other Rogues)*, publicado pela Routledge Press. Maxwell é o mais criativo e o mais insinuante dos *luso-brazilianists*, categoria na qual raros intelectuais podem reivindicar o direito de enquadramento. Mesmo atuando há muitos anos nos Estados Unidos, nunca perdeu a identidade com aquele tipo de ensaísmo sardônico e pedagógico que na Inglaterra tiveram seus parâmetros fixados por autores como Oscar Wilde, George Bernard Shaw e Bertrand Russell. E de uma erudição rara entre os próprios brasileiros: suas análises se sustentam em verdadeira documentação primária, lida com profundidade e argúcia. Já nos legou clássicos sobre a Inconfidência Mineira, o Marquês de Pombal e a Amazônia. Mas ainda continua a produzir com fecundidade e brilho raros. Tomara que as editoras brasileiras traduzam rapidamente esses *Trópicos Nus*.

## Cantora

Uma nova boa voz se apresentou ao público na semana passada. É Ângela Carlos. Canta com clareza, limpidez e bom gosto, como mostrou num espetáculo em homenagem a Elizeth Cardoso e Elis Regina, no Teatro Margarida Schiwazappa. Ainda está imatura: muito nervosa, não se soltou. Também não ensaiou o bastante para dispensar a leitura das letras das músicas, não domina o palco, precisa de melhor expressão corporal e ajustar sua postura ao que interpreta. Mas tem o essencial, que é uma voz segura, definida, afinada. O resto pode melhorar e desenvolver. Tomara que consiga. A safra de cantoras de primeiro nível no Pará parece que vai continuar.



Entre 18 e 23 de agosto os procuradores Mário Lúcio de Avelar e Emerson Kalif Siqueira, do Ministério Público Federal, participaram de uma operação na região do Iriri, nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu, no sul do Pará. O objetivo da missão, mobilizando ainda o Ministério do Trabalho, o Ibama e a Polícia Federal, foi verificar as condições de trabalho nas áreas rurais, com atenção para a possibilidade de trabalho forçado ou escravo. Mas a tarefa se ampliou quando os agentes federais descobriram uma vasta teia de ilícitos e ilegalidades, formando uma rede de crime organizado.

No relatório reservado que escreveram (estranhamente, com a data de 14 de julho, um mês e meio antes do encerramento da missão), os procuradores denunciaram o “rápido mas eficiente processo de empobrecimento” que o patrimônio público nacional vem sofrendo na Amazônia, na forma de recursos naturais e fundiários, “em prol de nenhum ou quase nenhum desenvolvimento econômico e/ou social”. Uma “rede hierarquizada de agentes da criminalidade”, através de meios escusos, especialmente a grilagem e a atividade econômica clandestina, com o apoio de políticos e de membros do poder judiciário, estaria se apossando de bens públicos para um enriquecimento fácil e vultoso.

No caso da extração de madeira, com destaque para o mogno, o mais valioso bem comercial da região no momento, a estruturação desse grupo “somente tornou-se possível em razão da conexão estabelecida entre o grupo criminoso e autoridades existentes no interior do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, responsáveis em alguma medida pela aprovação dos planos de manejo, emissão de ATPFs [Autorização de Transporte de Produtos Florestais] e/ou fiscalização”, acusam os representantes do MP federal.

Eles também concluíram ser “nítida a participação de Jader Barbalho na exploração madeireira da região, especialmente de mogno”. Participação que julgaram haver estabelecido através de três dos maiores extratores de madeira do sul do Pará: Moisés Carvalho Pereira, Antônio Lucena Barros e Osmar Alves Ferreira. Eles não só atuaram na extração madeireira, mas também “atuam no tráfico de entorpecentes”.

Os três, juntamente com outros madeireiros, seriam contumazes em subor-

nar funcionários do Ibama para legalizar seus crimes ambientais. Para consumir seus planos, eles não aceitariam limitações: “agem, corrompem, subornam pessoas e, se preciso, matam. Tanto assim que são autores de homicídios”, garantem os procuradores, acrescentando que o próprio prefeito de São Félix do Xingu, hoje um covil de bandidos, é um – dentre “outros políticos” – dos invasores da área que está sendo mais visada atualmente, a terra Apitewewa. “A pressão dos madeireiros sobre o Ministério da Justiça/Funai foi responsável pela subtração de 200 mil hectares de terras indígenas quando do reconhecimento”, diz o relatório.

Os procuradores, no trecho mais grave do seu documento, denunciam a existência de um amplo e sangrento “eixo do crime”, que estaria funcionando com desenvoltura graças à penetração que conseguiu no aparelho judicial. Consideram como sendo “fato a notícia de que Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado negociam decisões”. Citam como exemplo “o Desembargador Nilton [sic] Augusto de Brito Nobre”, que “teria recebido uma fazenda em troca de decisão favorável ao crime e à grilagem de terra pública”.

João Cleber de Sousa Torres, apontado como responsável pela “contratação de muitos pistoleiros em Xinguara, Redenção e outros lugares”, usaria esses pistoleiros para ter cobertura nas suas grilagens de terras, capitalizadas com a extração ilegal de madeira. Chegou a ter sua prisão preventiva decretada, “quando, então, ficou evidente ser possuidor de grande influência junto a Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em razão do que, logo foi revogada”.

O relatório, de 14 páginas, apesar de “reservado”, vazou para vários jornalistas, tanto em Belém quanto em Brasília. Foi usado em matérias que aproveitaram várias de suas informações, mas tangenciaram as mais graves, sobretudo quando personalizadas. E evitaram abordar um dos aspectos de maior impacto do trabalho: o descompasso entre a gravidade do seu conteúdo e a sua fundamentação probatória ou mesmo narrativa. Os promotores parecem julgar suficiente dar meia dúzia de linhas à denúncia de que desembargadores vendem sentenças, exemplificando um caso comprobatório, e que o deputado federal Jader Barbalho é um dos eixos do cartel da madeira ilegal e do crime or-



ganizado. A simples enunciação da denúncia seria auto-explicativa.

A referência ao desembargador Milton Nobre (citado relaxadamente como Nilton), vice-presidente do TJE, era chocante. Alvo eventual de controvérsias, o advogado já foi criticado em ocasiões passadas por suas idéias e posturas, mas jamais se imaginou que pudesse negociar com criminosos em troca de uma fazenda. Indignado ao ser informado sobre a acusação, o desembargador reagiu imediatamente. Entrou em contato com o procurador Mário Lúcio Avelar, quando ficou claro ter havido um mal-entendido infeliz.

O procurador confundiu perfis e trocou nomes, atribuindo a uma pessoa o que foi denunciado em relação a outra. O próprio Mário Lúcio disse a Milton Nobre que, ao ser alertado para o erro, retificou-o na versão final do relatório, que encaminhou ao procurador geral da república, Cláudio Fonteles, em substituição ao primeiro texto.

O comportamento do procurador foi espantosamente irresponsável. Ele colocou no papel (preliminar ou não, mas timbrado) o que ouviu sem checar adequadamente as informações ou sem fazer qualquer tipo de verificação, como no caso do desembargador Milton Nobre. Quanto a outro peixe graúdo, o ex-governador Jader Barbalho (já denunciado por Mário Lúcio em outras ocasiões), também a ligeireza das referên-

cias contrasta com o conteúdo da acusação. O delegado de São Félix do Xingu, por exemplo, que atuaria junto com criminosos, é tido como “ligado a Sete Câmara [secretário de segurança pública e, depois, da defesa social do governo Almir Gabriel], muito próximo de Jader Barbalho”. Como? Qual o elo? Observadores da cena local devem ficar perplexos com a informação.

Essa atitude de desdém pelas provas é lamentável porque o relatório trata de problemas explosivos e estereotipados, que estão ocorrendo no sul do Pará e se ampliam por causa da omissão ou da conivência das autoridades públicas. Ainda mais porque os procuradores (e certamente outros integrantes da missão governamental) fizeram um louvável esforço de sistematização

das informações sobre a delinquência, o crime organizado e o aparato público na região, chegando a estabelecer três “eixos do crime”, cuja existência e operacionalidade desafia a ordem pública e a decência.

Espera-se que, flagrados num ato que beira a leviandade, os procuradores dêem continuidade ao trabalho iniciado, consolidando as informações que recolheram na área, aprofundando o que já sabem, ampliando esse conhecimento e dando consequência às denúncias, que costumam mais no vazio, pelo desprezo de quem deveria levá-las a sério ou pelo despreparo dos que a formulam. Uns e outros na raiz dessa erva daninha que está medrando no Pará: a impunidade, que leva ao crime e conduz ao caos social.

## Dom Alberto

Em carta ao jornalista Ubiratan de Aguiar, o ex-senador Jarbas Passarinho dá seu testemunho a propósito do tema do livro de Osvaldo Coimbra, comentado neste jornal (edição 306), de que Dom Alberto Ramos teria pedido a prisão de seus padres durante o golpe militar de 1964. Garante Passarinho que “jamais Dom Alberto, seja no período pré-31 de março de 64, quer depois, denunciou qualquer padre. Antes de ser governador, nem durante, nem depois”.

Acrescenta o ex-ministro: “Ocorre que, em 1963, muitos bispos publicaram um manifesto combatendo a esquerda católica participante da Ação Popular (AP). Entre eles, Dom Alberto, Dom Agnelo Rossi (mais tarde Cardeal) e o Arcebispo de Belo Horizonte. Isto deve estar sendo cobrado pelos revanchistas, que não se detêm mesmo na fronteira da difamação. No momento, outro bispo, Dom Luciano Cabral Duarte, virtuoso e íntegro, está sendo vítima dos raivosos”.

## Buraco

Com o seu projeto de urbanização do “buraco da Palmeira”, a prefeitura de Belém está perdendo a oportunidade de fazer algo para mudar profundamente uma das feições do centro velho de Belém e repetindo erros. O estacionamento subterrâneo vai realmente atender a uma demanda reprimida no comércio, mas está em contradição com o projeto da via dos mercados, voltado justamente para tirar os carros dessa área. Essa parte da cidade só voltará a ser saudável se o tráfego de veículos for reduzido ao mínimo. O projeto da Palmeira estimula o fluxo.

A parte superior da praça não devia ter construção alguma, seja um teatro ou mais barracas para vendedores ambulantes. Ela devia funcionar como espaço livre para o diálogo, entre as igrejas de Santana e do Rosário, abrindo um pulmão no organismo urbano deprimido e re-oxige-

nando a área deteriorada. Já sugeri que o local se torne parlatório para oradores populares, abrigue comércio cultural temporário e seja ponto de encontro, sem edificações que impeçam a visualização das duas igrejas simultaneamente.

O subsolo, no meu entendimento, devia se transformar em rинque de patinação e quadra de esporte para crianças e adolescentes do bairro, numa área de acesso controlado (o que a retirada do gradil, reminiscência da era dos estaleiros Gueiros, vai inviabilizar), para a convivência entre pessoas que seriam novamente atraídas a ocupar o centro, dando-lhe uso misto (seletivamente comercial e crescentemente residencial), para que o umbigo da cidade volte a ser saudável.

A prefeitura, porém, parece ter preferido optar pelo mais fácil e mais conveniente para ela, não para a cidade.

## Incentivo

A edição do Diário Oficial do Estado do dia 30 circulou com dois dias de atraso para que o governo pudesse concluir uma enxurrada de concessão de benefícios fiscais e tributários antes de encerrado o prazo fatal, naquele dia, para esse tipo de concessão. Dezenas de decretos e resoluções foram elaborados concedendo isenção total de impostos, remissão de dívida tributária, prorrogação de isenção que estava chegando ao fim, crédito presumido (abatendo o imposto devido em até 95%), diferimento de imposto e outras vantagens, inclusive a revogação de revogação de incentivos. Os atos foram publicados no dia 2 com a data atrasada de 30 de setembro para poderem vigorar antes que essa possibilidade pudesse ser eliminada.

O que esse festival de incentivos representa, só quem o patrocinou sabe exatamente. A fundamentação para a concessão é magra demais de informação na publicação do Diário Oficial. Exige uma pesquisa mais ampla para que se saiba se o incentivo foi dado na medida certa e a quem o mereceu.

# Um insubstituível

Diz a sabedoria popular que o cemitério está cheio de pessoas insubstituíveis. É verdade. Mas não toda verdade. Insubstituíveis são aquelas pessoas que, quando se vão, deixam um vácuo eterno. Ficamos para sempre a nos lembrar delas. E quanto mais lembramos, mais depuramos a memória, retendo nela apenas as coisas boas dessa pessoa que se foi. O mundo continua a girar e a Lusitana a rodar. Mas com uma sensação de empobrecimento, de perda.

Edwaldo de Souza Martins é dessas pessoas insubstituíveis. Já se foi há quase dois meses, sem tempo para comemorar os 64 anos, no último dia 3. Mas sua presença continua tão viva quanto não preenchida a sua ausência. O colunismo social ficou órfão e seus amigos perderam uma fonte de referência, em alguns casos o elo que fazia a conexão dos acontecimentos e das agendas de cada um dos integrantes da confraria.

Pedro Veriano fez um belo registro da data na coluna de cinema de sua mulher, Luzia Miranda Álvares, em *O Liberal*. Já Luzia se sentiu obrigada a se justificar por escrever um testemunho pessoal sobre Edwaldo, isso porque leu, certa vez, "a opinião de um jornalista paraense desprezando a forma das pessoas lembrarem outras em ocasiões como esta, a partir de experiências pessoais e não do que teria sido a pessoa lembrada".

Se a carapuça me tem como destinatário, gostaria de esclarecer que não disse isso. Sou inteiramente favorável aos testemunhos. Desde que, naturalmente, a pessoa que fala esteja falando sobre algo relevante ou verdadeiro, ou que te-

na autoridade para falar. Minha crítica é a alguns contumazes aproveitadores da fama alheia, usada como escada para projetar o autor, em si mesmo destituído de importância. Pouco tempo atrás li artigo de alguém que relatava determinada fatos supostamente ocorridos no relacionamento com o homenageado, sem que dessa relação os verdadeiramente íntimos do personagem tivessem a menor ciência. Como morto não fala...

Também considero indevida a citação exaustiva de ocorrências menores, ligadas à vida doméstica e não à esfera dos interesses públicos. Há obituários nos quais o que predomina é a referência ao autor do artigo e não à pessoa que motivou o artigo. E o autor, às vezes, não mereceria o espaço que ocupa no jornal se não tivesse a ajudazinha involuntária do morto ilustre.

Essas restrições não se aplicam, no caso, ao testemunho de Luzia. Na sua homenagem a Edwaldo Martins, ela lembrou fatos curiosos e interessantes, que certamente serão úteis a eventual biógrafo do jornalista, que sempre foi um apaixonado pelo cinema. E dois dos acontecimentos que mais o entusiasmavam tinham a casa de Pedro e Luzia como cenário frequente: a transmissão da premiação do Oscar e a reunião para a escolha dos melhores filmes do ano, segundo a Associação Paraense dos Críticos Cinematográficos.

Pedro e Luzia fizeram muito bem em dar um tom confessional à homenagem que prestaram a Edwaldo na coluna de cinema de *O Liberal*. Acho que ele ia adorar se tivesse podido ler. Nós, seus amigos, aprovamos.

## Tensão em Tucuruí

O clima está novamente tenso em Tucuruí. Tudo porque a Eletronorte elevou em dois metros a cota operacional de sua grande hidrelétrica, no rio Tocantins. Como conseqüências, novas áreas foram inundadas, moradores tiveram que ser remanejados e prejuízos foram causados. Logo, a empresa tem que pagar indenizações e adotar providências semelhantes às de quase duas décadas atrás, quando começou a formação do reservatório, que ocupou 2.875 quilômetros quadrados (formando o segundo maior lago artificial do Brasil).

O contencioso criou muita confusão, agravada por denúncias de irregularidades no processo indenizatório, uns se dizendo lesados e outros sendo apontados

como favorecidos por avaliações excessivas. A atual diretoria da Eletronorte tem procurado manter o diálogo com os contendores, mas é inevitável formular a pergunta que não quer calar: valeu a pena ter elevado o nível operacional do reservatório da cota 72 para a cota 74? Esses dois metros adicionais significaram 100 megawatts a mais na potência da usina, o que representa acréscimo de menos de 1,5% (considerando-se a capacidade final de geração, de 8,3 mil MW). Qual será o custo desse benefício, considerando-se a nova área alagada, a população atingida, os danos ecológicos e econômicos, o alcance das indenizações e outros fatores?

Com a palavra, a Eletronorte.



## Concentração

Uma coisa é certa nesse ente monstruoso em que acabou se transformando a reforma tributária: ela não conseguirá atenuar as disparidades de renda entre as regiões e dentro delas. Pelo contrário: poderá até agravá-las. Em parte pela visão distorcida dos próprios idealizadores dessa já malmente chamada reforma (hoje uma combinação de medidas reformistas com remendos conjunturais). Em parte porque, independentemente da insuficiência do projeto-dele, o Brasil é vítima dessa mal concebida federação, na qual as partes jamais conseguem formar um todo e a parte maior sufoca as menores, a começar pela hipertrofia do ente União Federal.

Mas todo o litígio entre os governos federal, estaduais e municipais pode ter feito os observadores mais atentos se perguntarem: os Estados e regiões mais pobres sabem como sair da pobreza? Seus representantes estão comprometidos com o rompimento do esquema de concentração da renda nacional? Será se à pobreza material não está correspondendo uma pobreza mental?

Tantas perguntas, tão poucas respostas, nenhuma convicção.

## Esperteza

Manoel Pioneiro pode não sair como candidato a prefeito de Belém pelo PSDB, mas se mostrou mais esperto do que todos. Primeiro, por ter saído na frente. Segundo, por ter colocado seu nome na roleta sem brigar com os caciques do seu partido, cuidando de falar (e demoradamente) com o governador Simão Jatene e o ex-governador Almir Gabriel antes de formalizar sua decisão, que é, de certa forma, um desafio, mas jamais um rompimento. Em terceiro lugar, por ficar livre para quaisquer composições em Ananindeua, o que não poderia fazer se tivesse permanecido à frente da prefeitura municipal, e ainda tendo que sofrer o desgaste inevitável em final de mandato. E, em quarto, por haver se credenciado a compensações se seus planos de poder se frustrarem e ele tiver que aceitar decisão superior agora.

Não é à toa que Pioneiro se tornou popular na área de expansão da capital asfaltando ruas sem drenagem.

# Transgênicos: ontem e hoje

O clipping de notícias do Instituto Socioambiental do dia 26 de setembro, um dia depois da edição da Medida Provisória que liberou os transgênicos, é um retrato em 3x4 do governo Lula, hoje, diante de temas em relação aos quais se posicionava diferentemente, ontem, quando ainda não havia chegado ao poder. Dispensei a citação dos nomes dos jornais, mantendo apenas o sumário de cada matéria. Através dele, o leitor poderá seguir o ziguezague da administração petista.



● Plantio de soja transgênica sem licenciamento ambiental é novamente liberado. Visivelmente contrariado e sofrendo pressões do presidente Lula, que estava em Nova York, o vice-presidente José de Alencar assinou ontem a Medida Provisória nº 131. Hoje, as manifestações contra os transgênicos e em favor da ministra do Meio Ambiente Marina Silva se estenderam ao longo do dia.

● Para atender ao lobby dos ruralistas, governo atropela os ambientalistas e libera os transgênicos.

● As restrições sugeridas pela ministra do Meio Ambiente no texto da medida provisória vão limitar em um terço a área passível de ser cultivada com soja transgênica. A pedido de Marina Silva, foi proibido o plantio próximo a mananciais de água, Unidades de Conservação, Terras Indígenas e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade.

● Deputados favoráveis aos transgênicos já se movimentam para modificar o texto da medida provisória. Os parlamentares querem tornar a MP mais branda, apresentando emenda que modifique ou retire do texto o artigo 3º, que trata do Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta.

● Agricultor brasileiro quer cultivar algodão transgênicos.

● “Remendo transgênico. Depois de um jogo de empurra, governo toma meia-decisão no caso da soja transgênica”, editorial.

● A vitória do bom senso”, artigo de Antônio Ermírio de Moraes.

● A liberação desta soja é um absurdo”, para o geógrafo Aziz Ab’Saber, decisão do governo de permitir plantio de semente transgênica afeta soberania do país.”Engenharia genética vence a fome”, entrevista com Luiz Antônio Barreto de Castro, diretor do Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia da Embrapa.

A polêmica da soja modificada: quem tem medo dos transgênicos.

A Associação Nacional dos Procuradores da República entende que a medida provisória contraria a Constituição, “por afastar

a exigência do Estudo de Impacto Ambiental na safra de 2003, ao mesmo tempo em que reconhece o potencial danoso de tal prática a partir da safra de 2004”. A Associação Brasileira do Ministério Público de Meio Ambiente divulgou nota em que “repudia” a MP “por contrariar os princípios internacionais de precaução e da responsabilidade ambiental constantes da Convenção da Biodiversidade, da qual o Brasil é signatário.

Marina Silva afirmou que, entre as contribuições do Ministério do Meio Ambiente à MP, algumas questões ambientais importantes foram incluídas. Entre elas, disse, está o dispositivo que prevê que todas as áreas estratégicas para a preservação da biodiversidade fiquem de fora de qualquer plantio de soja transgênica.

“Tem muita coisa para acontecer para eu me achar derrotada”, entrevista com a ministra Marina Silva, que teve coerência para não abrir mão de princípios, conquistando salvaguardas importantes na medida provisória para o movimento ambientalista. Marina vê aspectos positivos na MP da soja e luta por lei ‘adequada’ de biossegurança.

“Preservem a Marina”, artigo de Zuenir Ventura.

A Procuradoria-Geral da República já está preparando uma ação direta de inconstitucionalidade contra a MP que libera o plantio da soja transgênica, disse sexta-feira o procurador Aurélio Rios.

O Palácio do Planalto avalia que a polêmica em torno da edição da MP não é nada perto do que virá com o novo projeto de biossegurança e biotecnologia, que deverá ser enviado ao Congresso nos próximos meses. Os setores mais próximos do presidente Lula defendem a reestruturação da CTNBio.

“Sementes da discórdia”, coluna de Joelmir Beting.

Testes mostram transgênicos em vários produtos. Para Greenpeace e Idec, soja e milho modificados têm sido usados pelas empresas alimentícias.

O presidente em exercício José Alencar disse que vai comprar e experimentar soja transgênica.



## Droga

Sílvio Santos despreza a opinião pública. O empresário, na sua face de apresentador de programa de estúdio, manipula o quanto pode. Na sua face de formador de opinião, usa seu poder para favorecimento pessoal, pouco se lixando para os fatos. Seu desprezo pela informação é tanto que volta-e-mexe desfaz o departamento de jornalismo da sua emissora de televisão, o SBT. Só o recoloca em atividade quando outras circunstâncias o obrigam (por força de outra circunstância, freqüentemente negligenciada: de ser concessionário de serviço público).

Recentemente SS declarou a *Contigo*, uma revista de fofocas, que estava nos Estados Unidos se tratando de um câncer, que o ameaçava de morte. A entrevista teve repercussão nacional. Quando o assunto estava em todos os lugares, o empresário-apresentador ocupou página inteira dos jornais para explicar que havia brincado com a entrevistadora e ela, sem perceber a brincadeira, dera ares de verdade ao que lhe havia dito.

E é assim, com toda essa sem-cerimônia e cinismo, que Sílvio Santos administra sua galinha dos ovos de ouro. De vez em quando o exagero produz uma encrenca, como nesse episódio Gugu Liberato. Mas não há nada que um ilusionista não considere poder resolver. Afinal, o que não lhe faltam são estímulo\$ para ousar. É bom lembrar que o clone do patrão fatura seis milhões de reais por programa dominical. À custa de tudo transformar em caricatura.

Com esse porte comercial, talvez já esteja na hora de alguém mostrar que o rei está nu. Ou seja: que jornalismo e entretenimento se tornaram autênticas drogas, criando dependência e eventualmente empobrecimento para os usuários, mas lucros para os que as traficam. Não é o caso de dar poderes ao Estado para fazer censura prévia ou se meter no assunto como um macaco em loja de louça. Mas regulamentar de tal maneira a utilização de concessão pública para que os excessos e abusos sejam punidos no único lugar que dói nessa gente: seus bolsos, o lugar para onde costumam transferir seu centro vital.

# O suicídio dos dois presidentes:



Quando Getúlio Vargas se suicidou, em 24 de agosto de 1954, eu ainda não havia completado cinco anos e morava em Santarém, a mais de três mil quilômetros do “teatro de operações”,

no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, ainda a capital da república. Mas minhas retinas e minha memória retiveram para sempre aquelas cenas de luto na minha casa, que se abriu para todos os órfãos do “pai dos pobres”. Papai mandou um telegrama de condolências à família do homem com o qual se reunira por duas vezes, no mesmo Catete, mal chegado aos 25 anos de idade, para tratar com o presidente da instalação da maior indústria de Santarém, a Tecejuta, que beneficiaria a fibra introduzida na região por imigrantes japoneses, a juta. Getúlio honrou a palavra, dada quando passou pela cidade, na campanha de 1950: autorizou a importação das máquinas e liberou financiamento para a fiação e tecelagem. Mas não pôde voltar para a comemoração da façanha: a crise política nacional o sugou antes.

De volta da viagem “ao sul”, papai trouxe um pequeno disco com a gravação, por Pedro Luís, da carta-testamento de Getúlio. Foi amor à primeira audição. Decorei a carta. Imitando o sotaque gaúcho, imitado, por sua vez, por Pedro Luís, tornei-me a atração dos encontros nos quais papai era o centro. Coadjuvado pela declamação do seu filho cabeçudo, é claro. Fazia-o feliz repetindo – sem erro ou vacilação – a leitura daquele documento, de dramaticidade ímpar na história política de um país de falsos líderes e mesquinhos estadistas.

Desde então, Getúlio se tornou uma das minhas obsessões. Logo que pude, aos 12 anos, percorri o soturno palácio que lhe servira de morada final. Li tudo de relevante que se escreveu sobre ele. E me concentrei no ato final da tragédia, até hoje a desafiar a capacidade de reconstituição dos jornalistas e de interpretação dos historiadores e demais doutores. Bibliografia, de todo modo, ainda raquítica diante de ato tão solitário nos anais da quase sempre vergonhosa crônica política brasileira.

Afinal, por que Getúlio se suicidou?

Continuo atrás de uma resposta satisfatória. Sem o rito convincente da passagem, sem a consumação do luto, o cadáver ainda está simbolicamente insepulto. Bate, como um esqueleto incômodo,

em algum armário indevidamente fechada da história nacional. Quer sair para a cerimônia do adeus devido.

Conspirariam, porém, os fados para que duas décadas depois, em outro país, eu pudesse testemunhar outro suicídio político no continente. Como aconteceria com Getúlio, eram os militares que, no Chile, queriam a cabeça de Salvador Allende Gossens. Só que à maneira do país, andino por fatalidade geográfica, germânico na inspiração (ou, dizendo melhor: prussiano). Só que queriam a cabeça literalmente e não de forma alegórica, como nossos militares.

Getúlio teria saído incólume do Catete se tivesse concordado com a segunda deposição *manu militari* em menos de uma década. A primeira fora em 1945, quando o marechal Dutra, um dos avilistas do Estado Novo, tornou-se um dos pais da democracia do pós-guerra (e da guerra fria que se seguiria). Getúlio concordou em apelar da máquina estatal e se confinar no seu Rio Grande até ganhar mandato de senador por mais de um Estado (conforme franqueava a legislação eleitoral da época), ser um bisonho senador para evitar provocações e voltar para a consagrada vitória de 1950.

Mas uma segunda humilhação, desta vez o velho não concordaria. Talvez não tenha sido apenas por insubmissão de quase-ancião (seus 71 anos pesavam, então, muito mais do que agora), mas também – e sobretudo – pela sagacidade do político, antegozando (ainda que pós-morte) o prazer de deixar uma bomba de efeito retardado no colo dos golpistas civis e militares, liderados pelo hamletiano Carlos Lacerda. Eles tiveram uma vitória de Pirro. A derrota mortal de Vargas foi sua consagração, uma obra-prima de humor negro salpicada de grandeza humana.

A Salvador Allende, nos seus 65 anos, não foi dada alternativa: ele nunca sairia do Palácio La Moneda naquele 11 de setembro de 1973. Metralhada em riste, ele foi lá fora olhar e viu o que o esperava. Voltou ao palácio, onde uma semana antes eu tinha ido entrevistá-lo, organizou a resistência local e quando ela se tornou nada mais do que um lance de dados, matou-se a bala. A princípio acreditou-se que tivesse sido assassinado, um opróbrio a mais para a ditadura de Pinochet. Mas logo ficou evidenciado o suicídio, a saída de honra que as circunstâncias do cerco ao La Moneda tornaram mais dramática do que a de Vargas.

Aguardei atento que, na enxurrada de produção da imprensa sobre os 30 anos do sangrento golpe chileno, viesse alguma análise comparativa dos dois suicídios, mas nada. Li o que pude para reviver aqueles dias traumatizantes, mas a sensação que me ficou foi de insatisfação. O que saiu sobre o triste acontecimento do Chile ficou bem aquém da sua importância e significado para os povos deste continente, quase sufocado pela repercussão dos dois anos do atentado de 11 de setembro em Nova York. Ambos os episódios, por sinal, mal contados.

Significativamente, há um fio condutor entre eles. Esse elo tem nome e sobrenome: Henry Kissinger. Mr. K. era o chanceler do presidente Richard Nixon naquele início da década de 70. Um dos itens mais constantes na sua agenda daqueles dias, a segunda mais poderosa na Casa Branca, era o Chile, centro nervoso de interesse de multinacionais americanas, donas das jazidas de cobre daquele país, minério que respondia por mais de dois terços da pauta de exportações chilena.

Em 5 de dezembro do ano passado, o presidente George W. Bush indicou Kissinger, agora à frente de um dos mais caros escritórios de consultoria estratégica dos Estados Unidos, para comandar as investigações sobre os atentados às duas torres de Nova York. Honrado, o alemão naturalizado americano aceitou. Pouco mais de uma semana depois renunciou à honraria, sem dar explicações.

Kissinger é outro personagem hamletiano. A feroz autoconfiança de antontem, que o fazia causar estragos entre as mulheres e os homens, circulando com desenvoltura pelo *jet-set* e os gabinetes oficiais, esfumou-se. Ele sabe que uma prazerosa estadia em Paris, um de seus melhores programas, pode terminar na cadeia. Mesmo que não seja trancafiado fisicamente como criminoso de guerra (depois de ter sido Prêmio Nobel da Paz: atenção, Mr. Lula!), ele é prisioneiro da sua memória e do resto daquilo que algum dia ele próprio soube chamar de moral ou ética.

Eleito Allende, Kissinger traçou planos para evitar que o candidato socialista fosse empossado presidente. A tramóia começaria com a desastrosa operação da CIA (mais uma) de seqüestrar o general René Schneider. O bravo militar resistiu e acabou sendo assassinado. A indignação nacional teve efeito oposto ao planejado, garantindo a confirmação de Allende.

A comoção provocada pela morte de Schneider pode ter afetado a capacidade

# Brasil de Vargas, Chile de Allende



de entendimento do que naquele momento acontecia no Chile. O candidato da Frente Popular teve menos de 2% de votos sobre seu oponente mais próximo, o conservador Jorge Alessandri (36,2% contra 34,9%). Influiu no ineditismo da vitória (e também na sua escassa vantagem, que comprometia a capacidade do presidente de governar numa democracia parlamentar, que ele se comprometera a respeitar) o reconhecimento à carreira de um médico íntegro que se tornara político aos 29 anos, permanecera por 40 anos no mesmo partido, que ajudara a fundar, o PS, manteve-se por três décadas como senador atuante e disputava a eleição presidencial pela quarta vez em 18 anos, começando com magros 3% dos votos até superar um terço do total, ainda distante de uma votação consagrada, ainda que em trajetória bem parecida, como a de Lula.

Mas havia um outro componente, em geral negligenciado pelos analistas. O candidato democrata-cristão tivera 27,8% dos votos. O problema é que Radomiro Tomic estava mais próximo de Allende do que de Frei, a esfinge do PDC. Em algumas questões, Tomic estava além de Allende. No meu entendimento, a votação, vista pelo prisma das propostas de programas, muito mais do que de siglas partidárias, indicava que os 64% dos eleitores que votaram em Allende e Tomic queriam mudanças para valer, mas num rumo que tangenciasse um ponto médio entre os dois.

Allende não pediu carência nem fez firulas como apresentador de um onírico espetáculo de crescimento: entrou mudando. Mas mudou num esquema ortodoxo, soviético demais, bolchevique demais para o perfil social do Chile. A ineficácia do seu modelo não estava em ser radical (o que era, mas apenas na retórica), mas em não ser adequado. Fazia muita fumaça, mas tinha pouco fogo.

No entanto, Allende acreditava nesse modelo, empenhou-se em realizá-lo numa moldura democrática, que o limitava bastante, e pagou com sua vida para levar a mudança até o fim. Não merece, depois de morto, ser ironizado por essa triste figura que atende pelo nome de Augusto Pinochet (em sua senilidade proveitosa, aproveitando para gozar cingidamente seu papel de duplicidade naqueles idos de setembro de 1973, servindo com uma cara a Allende e com outra comandando os golpistas).

Doutrinário, o presidente regulamentou os três setores como se pudesse divi-

dir a sofisticada economia chilena em departamentos, separando com clareza a área estatal, a privada e a mista, impondo-lhes um planejamento centralizado que regulamentaria, até os limites da reação de interesses contrariados, e profundamente contrariados. Um locaute de patrões, seguido pela subsidiada paralisação de caminhoneiros, feriu de morte o modelo de mudança de Allende. Um país tão extenso era completamente vulnerável ao colapso dos transportes.

Lembro-me, nas minhas três semanas chilenas, de uma caminhada de hora e meia em Santiago atrás de um restaurante suburbano que fornecia carne de carneiro, com a qual interromperia dias seguidos a comer – à exaustão – apenas frutos do mar. Já uma indisposição só foi tratada por um médico graças à gentileza de meus anfitriões do jornal *El Mercurio*, um dos baluartes do golpe.

A conspiração para a derrubada de Allende se armava diante dos meus olhos, no Sheraton, o hotel da ITT que servia de quartel-general para os homens da CIA. Dias antes do golpe fui a Valparaíso, levado por um informante para ver os ensaios que a Marinha fazia (inclusive com bombardeios) para o dia fatal, já assinalado na agenda bifronte de Pinochet.

Ironia das ironias: o presidente ignorava que o golpe começaria exatamente na sua terra natal, comandado por seu general de confiança (algo como Assis Brasil, o general do metafísico esquema militar de Jango, aparecer a 1º de abril no lugar de Olympio Mourão

Filho Ou Luiz Carlos Guedes). A desatenção cobraria um preço caro demais do cordial, simpático e decidido cidadão Salvador Allende.

Estava ao seu alcance criar soviets no Chile a partir de um golpe de mão, subvertendo o regime que lhe possibilitou a vitória eleitoral? Hoje, mais do que nunca, estou convencido de que não havia essa possibilidade, nem na realidade nem na cabeça de Allende. Mas ele, querendo mudar para o futuro, tinha como referência o passado. Levava seu amado país ao impasse. Duvido que viesse a propor uma solução de força para esse impasse, embora tentasse, à maneira do pai, que lhe deu lições de firmeza e determinação numa família saudável e vanguardista, levar o impasse aos seus extremos de ruptura, resguardando a via democrática, na qual vinha trilhando havia quase meio século, exemplarmente.

Só que a elite chilena não lhe deu essa oportunidade. Como tem acontecido invariavelmente no continente, as regras do jogo democrático, quando chegam a encerrar a mudança para valer, são mudadas com a partida ainda em andamento. O dono da bola leva-a para casa e os outros que curtam a frustração, quando não a experimentam amargamente na própria pele. Num continente no qual a revolução costuma ser palavra de ordem vazia de conteúdo nas mãos dos que se dizem seus parceiros ou um espantinho para os que querem espantar a reforma, mudar é pecado. Daí o nosso Lula ter-se penitenciado antes de cometer esse pecado. E Allende ter honrado com sua vida os erros cometidos.

Quando cheguei ao aeroporto do Rio de Janeiro, vindo da fumegante Santiago, tive ímpeto de nojo ao deparar o jeito brasileiro de então, entre a tropicália que se apagara e a pilantragem estabelecida antes de entrar em vigor a lei de Gerson. A readaptação aos tempos do general Médici, num momento em que o general Pinochet ainda não sentara no seu trono manchado de sangue, foi difícil. Talvez por isso, nunca mais tenha conseguido voltar ao Chile. Mas, quem sabe, agora que a estátua de Allende foi colocada diante da porta principal do Palácio La Moneda e a rua Morandé foi reaberta, eu consiga voltar à bela e trágica Santiago?

Tomara. Voltar, nesse caso, será ir. Tomara que sim. Colocarei flores e certamente deixarei algumas lágrimas tímidas em homenagem àquele homem merecedor dos nossos respeitos, não de bala.

## Santarém

Prezado Lúcio:

Parabéns pelo belo registro, no **Jornal Pessoal** número 308, da "história reprimida", envolvendo 35 anos da memória de Santarém. Conheci teu pai, Elias Pinto, deputado estadual, que muito admirava. Foi um orador excelente, de posições firmes, democráticas, em defesa dos mais humildes e carentes. Não sabia de detalhes da perseguição que sofreu e da cassação dele, pois já me encontrava no meu "dourado" exílio no Rio e em São Paulo. Criaste um documento valioso para que se escreva, um dia, todos os caminhos e desvios daquela tragédia que foi 1964 e deixou marcas profundas na vida nacional e, aqui no Pará, tão difíceis de superar.

O abraço fraterno

Acyr Castro

## Criminalidade

Menção especial para os comentários acerca do massacre rural (mais um) ocorrido em São Félix do Xingu (**JP** nº 308). Há também o urbano. De preferência nos fins de semana, os veículos de comunicação noticiam os fatídicos extermínios, notadamente nos centros populacionais mais adensados (e mais desorganizados), como Rio de Janeiro e São Paulo. Contudo, as autoridades, apesar de assumirem os fatos, negam a existência do crime dito organizado; como aconteceu aqui em Belém, quando dois representantes do poder desautorizaram-se mutuamente pela imprensa.

É preciso termos a clareza de que se não forem tomadas providências inadiáveis sobre nefasto assunto, vamos caminhar para um irreversível processo de estrangulamento social. Segundo as notícias e os retratos mostrados no cotidiano, parte do poder está contaminado e a corrupção grassa célere por todos os meandros possíveis da nação brasileira.

Mas, voltando ao campo, os distúrbios que estamos assistindo no meio rural são fruto do descaso, da omissão e da fragilidade do governo. A Constituição de 1988 (art. 51, Ato das Disposições Constitucionais Transitó-

rias) previa que as doações, vendas e concessões de terras públicas, com área acima de 3.000 ha, seriam objeto de revisão pelo Congresso Nacional, no prazo de 3 anos, a contar de sua promulgação. Por sua vez, a Constituição estadual (art. 15 e 16.I), de igual modo determina a revisão dos negócios feitos com as terras do Estado, em áreas superiores a 100 ha, no período de 1954 a 05.10.89 (data da assinatura). A revisão deveria estender-se até o ano de 1995. O caos reinante na zona rural é a conseqüência direta da não utilização dos dois dispositivos outorgados pelas respectivas constituições.

No nosso caso específico, como a selvageria no trato do patrimônio público chega às raias do absurdo (para não usar um termo mais contundente), perdeu-se uma excelente ocasião para sanear o sistema fundiário e banir definitivamente do contencioso estadual os esbulhos do tipo C. R. Almeida, Daniel Ludwig, Cia. Vale do Rio Doce, e outros "grilos" menos votados, embora tão perniciosos quanto esses. Não custa lembrar que estou deixando de fora o fantasma Carlos Medeiros e sua corrente de "representantes" e "sucessores", com umas estórias vergonhosas e ainda insolúveis, que você conhece muito bem. A quem apelar?

Rodolfo Lisboa Cerveira

## MINHA RESPOSTA

*Aproveito a carona do leitor para fazer meu pedido à nova diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil/Secção do Pará, qualquer que venha a ser a eleita: de imediato, convocar os "representantes" e "sucessores" de Carlos Medeiros, aos quais se refere Cerveira, e intimá-los a apresentar seu constituinte. Seria remédio eficaz para forçar o fantasma-mór da grilagem a se apresentar ou então se desmaterializar de vez, acabando com essa ultrajante fantasmagoria que paira sobre a vida fundiária do Estado. Do contrário, a conclamação do leitor, em busca de a quem apelar, continuará miseravelmente sem resposta.*

O procurador-geral da república, Cláudio Fonteles, pediu, no mês passado, o arquivamento do processo instaurado no Supremo Tribunal Federal contra o deputado federal Jader Barbalho, acusado de participação em operações ilícitas com Títulos da Dívida Agrária, as tristemente famosas TDAs, uma das mais podres moedas em circulação.

Só sob certa medida a decisão do substituto de Geraldo Brindeiro pode ser comemorada como uma vitória do ex-ministro da reforma agrária. Na verdade, não chegou a haver a apreciação judicial do mérito da questão. Em parte por falta de provas, inexistentes ou destruídas. Em parte porque houve perda de interesse, com a decadência do direito do fisco na questão. Além disso, a montagem do inquérito administrativo foi evidente. Ainda que outras condições pudessem ter sido supridas na instrução processual, as provas juntadas eram inconvincentes.

Mas se não foi provada a culpa, também não está ainda demonstrada a inocência do ex-governador. Que, aliás, nem comemorar pode essa meia-vitória: outros processos continuam a seguir no rumo do judiciário. A luz no fim do túnel ainda está longe. Se luz efetivamente há no fim do túnel.

## Escritor menor

Um homem sem dúvidas é perigoso? Veio-me esta pergunta ao final da novela de Oscar Niemeyer, *E agora?*. O livro (59 páginas, Editora Paz e Terra) é bonito. Sobretudo pelos desenhos de Niemeyer e a edição gráfica, limpa e clara. Numa produção mais econômica, a novela ficaria bem acomodada em metade do tamanho. Para gerar um livro, porém, a editora teve que usar tipos mais graúdos e ser generosa no espaçamento. Resolveu graficamente o desafio, mas não em relação ao conteúdo.

Na verdade, apesar das ultragenéricas apresentações de Eric Nepomuceno e Moacir Werneck de Castro, a ficção de Niemeyer não merecia a moldura de um livro. É trabalho de péssima qualidade. Um Zé da Silva qualquer seria mandado cantar em outra freguesia. A dita novela é apenas pretexto para o grande arquiteto codificar suas certezas dogmáticas, monolíticas, inquisitoriais. Para ele, Stálin continua a ser um semi-Deus e o marxismo uma verdade científica.

Tudo conforme catecismo no qual já rezaram outros notáveis artistas, maravilhosos em seu *métier* (como Diego Rivera, por exemplo), mas desastrosos quando tratam de política (como José Saramago, outro exemplo, ainda vivo).

Por que será que Oscar Niemeyer, um dos cinco grandes arquitetos do século XX (ainda criativo neste XXI), é um comunista confessional? Será que, para ancorar emocionalmente sua arte numa nega sólida, ele precisa de uma religião supostamente atéia, embora fundada em absolutos ideais, que apenas colocam o velho Hegel de cabeça para baixo (o que nunca foi a pretensão de Karl Marx, bem maior do que Hegel?). Correspondendo à exuberância dos traços, Niemeyer associou o milenarismo de uma crença nas fórmulas da revolução. Já que jamais, concretamente, moveu uma palha por essa revolução, radicalismo verbal é a compensação.

A má ficção de *E agora?* é para ser vista. Não para ser lida.

## Aniversário

*Agradeço e retribuo as mensagens de Joaquim Passarinho, Luís Faria, Nicias Ribeiro, Osvaldo Melo, Renato Nazareth, Valéria Pires Franco. E as mensagens verbais de vários outros amigos.*



# Hidrelétrica ficará menor no Xingu

O governo Lula decidiu manter como prioritária a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, mas exigiu da Eletronorte a revisão do projeto. A nova concepção vai ter que se ajustar a um novo parâmetro: ao invés de gerar 11 mil megawatts (apenas um pouco menos do que a usina de Itaipu), Belo Monte ficará bitolada em 7,7 mil MW. Mesmo com a redução da potência em um terço da capacidade prevista anteriormente, a hidrelétrica ainda será a terceira maior do Brasil (abaixo de Itaipu e Tucuruí). Será do tamanho das duas usinas previstas agora para o rio Madeira. E continuará a ser uma usina cativa dos consumidores do sul do país.

Como até agora a grande imprensa não deu atenção a essa revisão de Belo Monte, não se sabe em que estudo o governo federal se fundamentou para definir a nova geração em 7,7 mil MW e qual deverá ser o tamanho do reservatório. Certamente a área inundada será menor, com isso aliviando ainda mais o impacto ambiental da obra. Mas esse impacto já era relativamente pequeno, mesmo na mastodôntica versão de 11 mil MW, por-

que praticamente não haveria reservatório e a área de inundação seria de 400 quilômetros quadrados (para 2.875 km<sup>2</sup> em Tucuruí), apenas um pouco maior do que o nível alcançado pelo Xingu em suas cheias anuais.

O grande problema não era esse, mas a diferença entre a potência máxima da usina, de 11 mil MW, e sua potência firme, de 4,3 mil MW, que ficava abaixo do nível de viabilidade internacional. Para ajustá-la aos parâmetros de economicidade, seria necessário fazer outros aproveitamentos a montante de Belo

Monte, regularizando o rio para que a energia firme pudesse subir, graças ao acúmulo de água para uso nos períodos de seca (de outro modo, as máquinas teriam que ficar completamente inativas durante três ou quatro meses do ano).

Qual a influência da redução em um terço na capacidade nominal de geração de Belo Monte sobre a potência firme? Isso, por enquanto, ninguém sabe. E ninguém viu.

Já o governo, coerente com seu método de morde-e-assopra, reservou no orçamento deste ano 8,1 milhões de reais para os estudos de impacto ambiental de Belo Monte. É o dobro do dinheiro gasto pela Eletronorte com trabalho idêntico encomendado à Fadesp e que acabou sendo colocado na geladeira pela justiça federal, com base em iniciativa do Ministério Público, que questionou a irregularidade da contratação da fundação de pesquisa da Universidade Federal do Pará.

## Imprensa S/A

A praga dos *press-releases*, que se expande com facilidade graças à leniência e anti-profissionalismo dos jornalistas nas redações, deixou sua marca indelével nos diários da cidade. Em suas edições do dia 27, *O Liberal* e *Diário do Pará* publicaram o mesmo texto sobre o "buraco da Palmeira", que a prefeitura quer urbanizar e a justiça embargou.

É um desrespeito ao leitor: os dois jornais incorporaram como sendo seu texto produzido por terceiro, pago para defender o cliente, sobre tema de grande interesse público, além de sujeito a controvérsias.

Depois reclamam quando levam 20 anos para receber um elogio. Reclamação, aliás, infundada.

## MEB: o fim

Uma das mais férteis, interessantes e importantes experiências da Igreja católica está chegando ao fim: o Movimento de Educação de Base, que inclui, como peça vital, as rádios rurais. O MEB foi criado em 1961, como um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Deveria prestar serviços de promoção integral, humana e cristã de jovens e adultos, desenvolvendo programas de educação popular, com destaque nas regiões mais pobres do país, o Norte e o Nordeste.

Quando a rede do MEB estava em franco e frondoso crescimento, espalhando a educação, a informação e o conhecimento a distantes comunidades espalhadas pelo

interior do Brasil, houve o golpe militar de 1964. O novo governo fez do MEB uma frente alternativa à da Igreja – e sua antagonista. Seguiram-se perseguições e escaramuças. Mesmo enfraquecido, o MEB sobreviveu ao regime militar. Mas não ao darwinismo social do neoliberalismo e às atitudes dubitativas, para dizer o mínimo, da hierarquia.

Em junho deste ano, os MEBs do Amazonas, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Bahia foram fechados. No mês seguinte o cutelo baixou sobre Ceará, Piauí, Maranhão e Pará. Em apenas dois meses, todos os 15 departamentos de base do MEB no Brasil foram fechados. As unidades isoladas acompanharam-nos. Em

agosto o MEB de Marabá chegou ao fim. Era a consumação – brusca e brutal – de um melancólico suicídio praticado pela Igreja, acabando autoritariamente com uma história gloriosa, embora ainda inconclusa. Dando por encerrada, sem ouvir ninguém, uma participação que a cúpula considerou já ser desnecessária.

Se o MEB foi-se, sem velar nem fita amarela, há pelo menos uma notícia paralela boa: a Rádio Rural de Santarém conseguiu completar 39 anos. Um bom motivo para que, em 2004, seus dirigentes e a comunidade que a prestigia e compreende, na data dos 40 anos, façam uma reflexão sobre as demandas que levaram ao surgimento da rádio e à sua

sobrevivência, enquanto o movimento educativo ao qual deveria servir desaparecia. Ficou a atividade-meio, desaparecendo a atividade-fim. Sob essa irracionalidade não se desenvolveram (e não haverá de ainda se desenvolver) outros absurdos?

Sinal dos tempos, como diriam os teólogos, se ainda se dispusessem a dizer. Como um admirador do trabalho do MEB, desde seu surgimento em Santarém, em 1964, não posso deixar aqui registrada minha indignação e fazer o meu protesto, em nome de dezenas de anônimos heróis da expansão da educação de adultos e de valorização da cultura popular. O que eles nos legaram merecia ter sido tratado com mais respeito.

## Livro

Em artigo publicado na *Folha do Norte* de julho de 1944 (há quase 60 anos, portanto), o jovem jornalista e escritor Haroldo Maranhão saudava o aparecimento de um livro que revelava uma nova faceta de Cécil Meira. Depois do “filósofo esmerilhador e arguto de *A Língua Portuguesa no Brasil e Da Analogia e sua influência na linguagem*, o equilibrado pedagogo de *Introdução ao estudo da Literatura*, o livro mais novo, *Poetas e Pensadores*, revelava o Cécil Meira ensaísta. A avaliação de Haroldo era positiva. A coletânea de ensaios “encanta pela polimorfa erudição que revela o que é hoje incomum, e pela transparência e naturalidade na exposição dos assuntos”. Concordava com o juízo crítico de Cécil Meira sobre o *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, de Antenor Nascentes, “genuína impostura aos brios filológicos do país”, mas discordava de sua opinião sobre Agripino Grieco, um superior “espírito Luciferino”.

## Urbanização

Edital publicado na imprensa em abril de 1947: “O prefeito municipal de Belém, no intuito de colocar esta Capital no nível de progresso de que já vem fruindo, como já se nota com as novas edificações de arquitetura moderna, não correspondendo a esse surto de adiantamento a existência dentro de sua urbe de terrenos abertos e outros cercados com estacas e tábuas, desvirtuando, assim, o embelezamento da cidade, convida a todos os senhores proprietários dos ditos terrenos a murá-los ou edificá-los e bem assim nos locais onde já existem bordaduras façam construir os respectivos passeios em frente às suas propriedades, independente de intimação estabelecida pelo Código de Posturas Municipais, comprovando com esta medida a sua boa vontade em cooperar com o governo do Município para o fim almejado”.

## Carros

A Empresa Soares organizou um grande coquetel para inaugurar, no térreo do edifício Dias Paes, onde mantinha seus escritórios, a exposição de três luxuosos automóveis das marcas Kaizer e Frazer, modelo do ano, que im-

# MEMÓRIA DO COTIDIANO

portara naquele mesmo 1947. Os carros foram logo adquiridos pelos capitalistas José Teixeira, Luiz Frazão e Fernando Frota, mas provocaram grande interesse entre “pessoas de destaque dos círculos comerciais e industriais de Belém”. Mais de 50 pedidos foram feitos.

## Contrabando

Tudo estava programado, na alfândega de Belém, em agosto de 1959, para o leilão de um luxuoso automóvel Chevrolet, último modelo, de propriedade de Amílcar Moreira, irmão do então deputado estadual Amílcar Moreira, apreendido como contrabando, quando chegou um ofício do juiz dos feitos da fa-

zenda federal, Olavo Nunes, sustando o ato. Antes do ofício, anunciando-o, apareceu na alfândega o deputado. José Carvalho de Miranda, inspetor da aduana, não gostou: mandou levantar todos os interditos que o magistrado já havia fornecido para pedir a intervenção no caso do Tribunal de Recursos (a justiça federal ainda não existia).

## Prédio

Programa de inauguração do edifício Manoel Pinto da Silva, o maior do Norte e Nordeste do Brasil, em 17 de abril de 1960:

- 9 horas: corte da fita simbólica.
- 9,15 horas: benção do edifício pelo arcebispo metropolitano.



## FOTOGRAFIA

Uma imagem rara, de 1960: o igarapé das Almas, ainda na sua forma original, próximo aos armazéns do porto de Belém e às antigas instalações da Panair (atualmente formando o Beira-Rio). Nessa época as embarcações vindas do interior ainda usavam o igarapé para desembarcar seus produtos diretamente no bairro do Reduto, próximas do mercado municipal e do centro de comercialização que funcionava ao seu lado. Mas a navegação ficou impossibilitada pela passagem da linha férrea que vinha do Entroncamento até o porto, uma extensão da Estrada de Ferro de Bragança. Em pouco mais de 40 anos a paisagem sofreu radical transformação: o que era um cenário rural se transformou em *point* urbano, embora ainda enfrentando problemas de organização de espaço semelhantes aos do passado.

- 9,30 horas, no 25º andar: continuação da benção.
- 10 horas, no “top” do edifício: término da benção e hasteamento dos pavilhões do Brasil, do Pará e de Portugal pelas autoridades presentes.
- 10 horas, no 26º andar: coquetel.

## Chá

Em anúncio na imprensa, em julho de 1960, a gerência do Grande Hotel tinha “o prazer de informar à sua distinta clientela que, devido às férias, não funcionará o Chá das 5 do [restaurante] Marajó, durante o mês de julho corrente”.

## Colonização

Em janeiro de 1961 o governador do Estado em exercício, Dionísio Bentes de Carvalho, assinou decreto aprovando um plano piloto para a colonização das margens da então BR-14 (hoje, BR-10), a rodovia Belém-Brasília. O governo reservou para o plano duas glebas, de 15 mil hectares cada uma, nas quais faria a concessão de lotes através de arrendamento. As glebas, entre os quilômetros 36 e 60 e 86 e 110, teriam seis quilômetros de profundidade a partir do leito da estrada. O decreto terminou também a paralisação de todos os processos de venda de terras localizadas nessas áreas, prevenindo que eventuais imóveis constituídos nesses locais seriam desapropriados.

Era a primeira onda da colonização às margens da rodovia, visando o pequeno produtor. Logo viria a segunda onda, em favor das propriedades maiores, que afogaria a iniciativa original.

## Ponte

O engenheiro Sérgio Marques veio ao Pará, em janeiro de 1961, para testemunhar a conclusão do maior de seus projetos: a ponte de concreto sobre o rio Tocantins, a principal obra de arte da Belém-Brasília. Tinha (e continua tendo) 140 metros de vão livre, sem apoio em traçado parabólico, o que a tornava então a maior do mundo em seu estilo. Custara 400 milhões de cruzeiros (valor da época) e fora custeada pela SPVEA (antecessora da Sudam).

O detalhe: o engenheiro fez a inspeção final da ponte em seu próprio avião, um “teço-teco” *Aero Commander*.